

TRANSPARÊNCIA BRASIL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Transparência Brasil

A/C: Diretores

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transparência Brasil (Entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 04 de maio de 2021.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Carlos Cristiano Poltronieri".

Carlos Cristiano Poltronieri

Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9

Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda.

CRC 2SP010626/O-4

Transparência Brasil
Demonstração do Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019
Em reais

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	518.149	454.481	Fornecedores	6	78.536	69.170
Adiantamentos Fornecedores		14.369	7.000	Recursos de Projetos em Execução	7	270.261	253.930
		532.518	461.481				
Ativo não circulante				Total do passivo		348.797	323.100
Imobilizado	4	21.403	15.651	Patrimônio Social			
Intangível	5	35.820	35.820	Patrimônio Social		189.852	49.751
		57.223	51.471	Superávit ou Déficit Acumulado		51.092	140.101
				Total do Patrimônio social		240.944	189.852
Total do Ativo		589.741	512.952	Total do Passivo e Patrimônio social		589.741	512.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Doações e Recursos de Projetos	8	865.765	990.036
Taxa Administração de Fundos	8	14.134	4.884
Resultado financeiro	11	2.836	14.535
Superávit Bruto		882.735	1.009.455
Despesas com Pessoa Jurídica	9	(746.144)	(606.368)
Despesas Gerais e Administrativas	10	(85.499)	(262.986)
Despesas Operacionais		(831.643)	(869.354)
Superávit / Déficit líquido do exercício		51.092	140.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019
Em reais

	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit Acumulado	Ajuste de Exercício Anterior	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2018	616.551	12.734	(579.534)	49.751
Aumento do Patrimônio Social	-	140.101	-	140.101
Ajuste de Exercício Anterior	12.734	(12.734)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	629.285	140.101	(579.534)	189.852
Superávit / Déficit do Exercício	-	51.092	-	51.092
Aumento do Patrimônio Social	140.101	(140.101)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	769.386	51.092	(579.534)	240.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019
Em reais

	2020	2019
Superávit / (Déficit) do Exercício	51.092	140.101
Depreciação e amortização	6.235	4.900
Superávit / (Déficit) ajustado	57.327	145.001
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamentos Fornecedores	(7.369)	-
Fornecedores	9.366	12.567
Recursos de Projetos em Execução	16.331	(15.492)
Caixa gerado nas operações	18.328	(2.925)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	75.655	142.076
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição/ baixas de ativo imobilizado	(11.987)	(4.742)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(11.987)	(4.742)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	63.668	137.334
Caixa e equiv. de caixa no início do período	454.481	317.147
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	518.149	454.481
Variação no caixa e equivalente de caixa	63.668	137.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Transparência Brasil é uma associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada a promover a defesa do interesse público, por meio da edificação da integridade do Estado Brasileiro, e o combate a corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático.

Para cumprimento de suas finalidades a Transparência Brasil observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e da eficiência e poderá desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Estabelecer redes, parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais, universidades, poder público e outras entidades, facilitando a atuação desses órgãos e da sociedade civil, no âmbito nacional e internacional;
- Participar da criação, organização e atuação de entidades locais, internacionais e fóruns que tenham como objetivo a promoção do combate a corrupção;
- Apoiar pessoas, grupos, movimentos e organizações que lutam por reformas institucionais e conscientização pública;
- Estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas e atitudes privadas, evitando-se o uso indevido do Poder Público para benefício privado;
- Organizar e divulgar dados sobre a corrupção nas diversas esferas de governo e no setor privado;
- Propor medidas para a defesa do interesse público;
- Promover palestras, debates e encontros com outras instituições sobre o combate a corrupção, bem como estimular a participação dos associados em conferências e fóruns internacionais;
- Ajudar órgãos e entidades ligadas ao Poder Público no planejamento, mobilização de recursos e implantação de projetos de combate a corrupção;
- Divulgar e comunicar informações sobre o trabalho desenvolvido pela Transparência Brasil e outras entidades, além de projetos governamentais de combate a corrupção;
- Desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade em 29 de abril de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Políticas Contábeis Adotadas

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, as quais estão previstas na Interpretação "ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros" aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12 e alterações ITG 2002 R1. Naqueles aspectos não abordados pela ITG 2002, a Entidade aplicou a NBCTG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas aprovada pela Resolução CFC Nº 1.255/09.

2.2. Principais Políticas Contábeis Aplicadas na Elaboração Destas Demonstrações Financeiras

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Uso de estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

São os valores que incluem caixa e equivalentes, saldos positivos em contas bancárias em movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata. Estas aplicações financeiras estão com rendimentos reconhecidos até a data de 31/12/2020, não ultrapassando o valor de mercado.

Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Receitas e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado e compreendem receita com juros de aplicações financeiras e despesas bancárias diversas e outros encargos financeiros.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Representado por:

Descrição	2020	2019
Caixa	38	36
Bancos	18	10
Aplicações Financeiras	518.093	454.435
Total	518.149	454.481

4. Imobilizado

Representado por:

Descrição	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Informática	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	303	15.506	15.809
Aquisição	1.538	2.310	894	4.742
Depreciações	(154)	(278)	(4.468)	(4.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.384	2.335	11.932	15.651
Aquisição	11.987	-	-	11.987
Depreciações	(154)	(294)	(5.787)	(6.235)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.217	2.041	6.145	21.403
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	

A Entidade, no exercício de 2020, ao revisar as estimativas de vidas úteis e valores residuais dos bens do seu ativo imobilizado, constatou que não houve diferenças significativas. Dessa forma, foi mantida a mesma taxa de depreciação anual praticada no exercício social de 2019.

5. Intangível

Representado por:

Descrição	2020	2019
Marcas e Patentes	15.820	15.820
Licença de uso	20.000	20.000
Total	35.820	35.820

6. Fornecedores

Representado por:

Descrição	2020	2019
Serviços tomados de Pessoa Jurídica	59.631	43.194
Serviços de informática e telecomunicações	16.470	23.146
Serviços contábeis	2.435	2.830
Total	78.536	69.170

7. Recursos de Projetos em Execução

Representado por:

Descrição	2020	2019
Projeto Google	4.951	4.951
Projeto UNDEF	-	22.355
Projeto FORD	3.912	43.040
Projeto TINKER	257.889	183.584
Projeto INSTITUTO BETTY JACOB LAFER	3.509	-
Total	270.261	253.930

8. Doações e Recursos de Projetos

Representado por:

Descrição	2020	2019
Pessoa Jurídica (a)	838.903	956.821
Taxa Administração de Fundos	14.134	4.884
Pessoas Físicas	26.862	33.215
Total	879.899	994.920

(a) As doações realizadas por pessoa jurídica constam demonstradas no quadro a seguir:

Descrição	2020	2019
Google	-	243.430
Ford Foundation	233.868	21.960
Abril S.A.	6.141	4.995
United Nations Democracy Fund (UNDEF)	2.018	240.167
Facebook Inc.	19.033	81.787
Tinker Foundation	489.212	330.882
Fundação Maria C. S. Vidigal	16.600	30.600
Prêmio República - ANPR	-	3.000
The International Center for Not-for-Profit Law (ICNL)	65.541	-
Instituto Betty & Jacob Lafer	6.490	-
Total	838.903	956.821

9. Despesas com Pessoas Jurídicas

Representado por:

Descrição	2020	2019
Diretor Executivo	(175.500)	(158.400)
Analistas	(225.736)	(179.515)
Gerentes de Projetos	(93.825)	(50.803)
Diretora de Operações	(133.900)	(131.860)
Repasses - Obra Transparente	-	(58.238)
Contabilidade	(21.377)	(20.352)
Auditoria	(7.430)	(7.200)
Programador	(7.000)	-
Desenvolvimento de Plataforma	(81.376)	-
Total	(746.144)	(606.368)

10. Despesas Gerais e Administrativas

Representado por:

Descrição	2020	2019
Estagiários	(6.383)	(15.119)
Despesas com comunicação e tecnologia	(26.489)	(75.493)
Despesas com transportes e viagens	(780)	(122.411)
Despesas gerais de escritório	(208)	(2.316)
Despesas de aluguel	(28.286)	(28.421)
Despesas com depreciação	(6.235)	(4.900)
Outros custos operacionais	(16.272)	(14.326)
Despesas com devolução	(731)	-
Despesa com correio	(115)	-
Total	(85.499)	(262.986)

11. Resultado Financeiro

Representado por:

Descrição	2020	2019
Receitas Financeiras:	7.994	21.099
Juros com aplicações financeiras	7.994	21.099
Despesas Financeiras:	(5.158)	(6.564)
Encargos e taxas diversas	(2.139)	(2.867)
Impostos financeiros	(3.019)	(3.697)
Resultado Financeiro Líquido	2.836	14.535

12. Outros Assuntos

Em decorrência de seu enquadramento como Entidade sem fins Lucrativos, a Transparência Brasil goza de benefícios como isenção de Imposto de Renda e Contribuição Social, pagamento do PIS calculado à 1% sobre a folha de pagamento e isenção do pagamento da COFINS sobre as atividades próprias.

13. Efeitos Covid-19

Os desafios enfrentados pelas organizações em meio à Covid-19 são inúmeros. É necessário repensar o *modus operandi* das atividades, as entregas dos projetos e a sobrevivência financeira diante de um cenário incerto.

A Transparência Brasil sofreu alguns impactos. Atividades presenciais do Projeto "Tá de Pé Educação" não puderam ser executadas, a equipe passou a trabalhar remotamente, e as atividades relacionadas aos demais projetos foram adequadas para serem entregues à distância, assim como a auditoria do ano fiscal de 2020.

No geral, a organização conseguiu se adaptar às mudanças necessárias decorrente da pandemia.
